ISSN: 1519-7816

https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

A FORMAÇÃO DOCENTE SOB A PERPECTIVA DAS FÁBULAS NEOLIBERAIS

Marcelo Gaudêncio Brito Pureza[1]

Genylton Odilon Rêgo da Rocha[2]

PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A FORMAÇÃO DOCENTE SOB A PERPECTIVA DAS FÁBULAS NEOLIBERAIS. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 27, n. 1, p. 310-327, 2025. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v27i1.75087 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/75087

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 03/06/2025 | **Aceito:** 03/06/2025 | **Publicado:** 08/07/2025

Resumo

O presente texto objetiva discutir a formação docente no Brasil sob a influência de um projeto neoliberal, considerando o recorte temporal a partir das duas últimas décadas do século XX até o contexto atual. Neste ensaio, buscamos explicitar a categoria neoliberalismo a partir do debate realizado por Perry Anderson; Emir Sader; Pablo Gentili (1995). Já o debate sobre a formação docente sob as regras do neoliberalismo, buscamos dialogar com Gaudêncio Frigotto (1989; 2010; 2011), Michael Apple (2003) e Alessandra Arce (2011). Em um primeiro momento procuramos refletir a ideologia neoliberal a partir de uma realidade que nos fazem crer como real, chamaremos aqui de fábulas, para em seguida, analisarmos as influências da ideologia neoliberal no campo da formação docente, e assim, compreender e desvelar toda a perversidade para produção de capital humano.

Palavras-chave: Capital humano. Educação pública. Mercantilização da educação.

TEACHER TRAINING FROM THE PERSPECTIVE OF NEOLIBERAL FABLES

Abstract

This text aims to discuss teacher training in Brazil under the influence of a neoliberal project, considering the time frame from the last two decades of the 20th century to the current context. In this essay, we seek to explain the category of neoliberalism based on the debate carried out by Perry Anderson; Emir Sader; Pablo Gentili (1995). As for the debate on teacher training under the rules of neoliberalism, we sought to dialog with Gaudêncio Frigotto (1989; 2010; 2011), Michael Apple (2003) and Alessandra Arce (2011). At first, we tried to reflect on neoliberal ideology based on a reality that we are led to believe is real, which we will call fables here, so that we can then analyze the influences of neoliberal ideology in the field of teacher training, and thus understand and unveil all the perversity in the production of human capital.

Keywords: Human capital. Public education. The commodification of education.

Introdução

[1] Professor doutor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará (PA), Brasil e-mail: gaudencio@unifesspa.edu.br

[2] Professor doutor na Universidade Federal do Pará, Belém, Pará (PA), Brasil e-mail: genylton@gmail.com

"Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido" (Santos, 2011, p. 17). Milton Santos destaca as contradições na maneira como percebemos a realidade. O meio técnico-científico-informacional avança, ampliando o conhecimento global, mas a desinformação se espalha rapidamente e a pobreza crescente limita o acesso à informação. Daí a percepção confusa e contraditória.

Como forma de compreensão desse mundo confuso e contraditório, Milton Santos (2011) chama a atenção para a difusão de três mundos: o mundo como nos fazem vê-lo, que é a globalização como fábula; o mundo como ele é, a globalização como perversidade; e o mundo como ele pode ser, uma outra globalização. Porém, este último ainda é apenas uma possibilidade.

Este mundo confuso e confusamente percebido é nos apresentado como verdade inquestionável, especialmente pela grande mídia e redes sociais de grupos de direita, mas também, até menos perceptível, pelas políticas públicas que de tão entranhadas ao cotidiano das pessoas faz-se crer que o mundo de fábulas é verdadeiramente real, daí a percepção enganosa da realidade. Contudo, o mundo tal como é, apresenta-se de forma perversa, ou como diria Paulo Freire (2021) com extrema malvadez, cínica e fatalista, fundamentalmente aos mais pobres.

O mundo confuso e confusamente percebido é resultado do atual processo de globalização do capital e do mercado, ou como Milton Santos se refere, *o mundo como é* ou a globalização como perversidade. É perversa porque está sendo marcada por uma intensa regressão social, impulsionada pelo aumento da destruição do planeta combinado à exclusão social e à acumulação de riquezas.

Cerca de 1,1 bilhão da população mundial vive na pobreza multidimensional, isso significa mais de 18% de 6,1 bilhões de pessoas (ONU, 2023). Enquanto os mais ricos do mundo não ultrapassam 1% da população mundial, esses, acumulam 50% de toda a riqueza global (Oxfan, 2023).

A existência desse mundo perverso não é resultado de um processo natural das sociedades, mas, resultante de um "projeto" intencional do mercado que mascara a realidade e apresenta alternativas fabulosas para a resolução dos problemas sociais e/ou econômicos. Projeto este, elaborado pela força simétrica entre o processo de globalização do capital e do mercado e a ideologia neoliberal. Portanto, a ideologia neoliberal tem importante papel na

formulação e consolidação dessa globalização ignorantemente perversa e contadora de "verdades" que só existem em um mundo de fábulas.

Tem ocorrido no Brasil, especialmente a partir de 1985, uma avalanche de privatizações e ataques sucessivos aos direitos sociais e conquistas dos trabalhadores. Ataques praticados por governos que defendem a tese de que o Estado gasta mais do que arrecada e o vilão é o funcionalismo público. Segundo especialistas que se dizem preocupados com as convulsões do mercado, afirmam que a principal medida a ser tomada é a diminuição de investimentos no setor de serviço público e empresas estatais.

A Emenda Constitucional Nº 095/2016, também conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, promulgada durante o governo Temer (2016-2018) estabeleceu que, a partir do ano de 2017, se limitaria, durante vinte anos, os gastos com despesas primárias dos três poderes, do MPU e da DPU.

A ideia sustentada em relação ao Teto de Gastos Públicos é que com o controle sobre as despesas dos serviços públicos, diminuiria as chances do calote na dívida pública e diminuiria o déficit fiscal, assim, o país ganharia credibilidade e estabilidade econômica, atrairia mais investimentos, consequentemente, mais empregos e poder de compra, portanto, uma melhor qualidade de vida para todos.

O grande conto de fábulas e a verdade sobre a perversidade do Teto de Gastos Públicos, e não necessita ser um grande especialista, a intensão é colapsar os serviços públicos através do desmonte, primeiramente, afetar a qualidade desses serviços e, posteriormente, a própria falência, para em seguida institucionalizar como privado.

Portanto, os serviços essenciais à população seriam sucateados e no lugar, a iniciativa privada poderia atuar vendendo os mesmos serviços diretamente às pessoas e, aquelas que não pudessem pagar, o Estado repassaria dinheiro público para as empresas privadas atenderem parte da população que não pode pagar pelos serviços, como saúde, educação e saneamento básico.

A educação enquanto política social não se distancia desse quadro, o processo de regressão social no campo educativo, provocado por um "projeto neoliberal", tem imposto retrocessos que vão desde o desmonte de universidades e institutos federais por meio dos cortes de recursos, também pela metamorfose da educação básica como "fábrica" de mão de obra. Resultando mais profundamente, de uma hegemonia do pensamento mercantil no projeto pedagógico embasado na vulgarização ideológica da pedagogia das competências e da empregabilidade (Frigotto, 2005).

É nesse contexto que a educação passa a ocupar papel de destaque pelos neoliberais de plantão, não é raro o discurso de empresários, economistas, agências do mercado financeiro, entre outros ligados ao grande capital, afirmarem a necessidade urgente em reformar a educação, tirá-la do atraso e dar uma reviravolta para uma nova escola que prepara para o Projeto de Vida para o trabalho, como define a BNCC (Brasil, 2018).

Na tendência reformista a escola é concebida como espaço voltado para a formação de mão de obra para o mercado e formação de cidadãos consumidores e empreendedores. A escola passa a ser de interesse estratégico e se torna peça fundamental na engrenagem, pois, o ensino básico e técnico serão responsáveis pela preparação desse trabalhador, contudo, essa formação dependerá de seus formadores, os professores.

A partir deste cenário, consideramos necessário entender e identificar as características do neoliberalismo enquanto projeto ideológico. Para situarmos tais características, reportaremos aos princípios fundadores da tendência, de forma breve, para chegarmos ao que nos interessa neste texto, discutir a formação de professoras e professores na contemporaneidade a partir da lógica neoliberal.

A ideologia neoliberal: algumas considerações

Segundo Pery Anderson (1995) o texto de origem do neoliberalismo foi *O caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, em 1944, em que comparava a social-democracia moderna inglesa a uma servidão moderna e ao nazismo alemão. Assim como o liberalismo econômico, o neoliberalismo teve a Europa como berço, se consolidando nas três Américas logo após a Segunda Guerra Mundial.

Enquanto que no liberalismo clássico – final do século XVIII e início do século XIX – havia uma rejeição total ao Estado intervencionista, no neoliberalismo do pós-segunda guerra mundial, há o combate ao Estado do bem-estar, contudo, contraditoriamente, procura ter o Estado como um grande aliado, pois é fundamental mantê-lo forte com capacidade de romper o poder dos sindicatos, de controlar os gastos públicos e financiador da iniciativa privada de forma direta repassando dinheiro ou isentando impostos, e de forma indireta, por meio do investindo na infraestrutura que beneficie o setor privado.

Os defensores e fundadores[1] do neoliberalismo argumentavam que o Estado igualitarista, intervencionista e de bem-estar do pós-guerra, "destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos" (ANDERSON, 1995,

p. 10). Portanto, o Estado intervencionista é considerado pelos liberais como destruidor da liberdade porque impede a concorrência, consequentemente, inibe a geração de emprego e a redução dos preços, e assim, frusta a prosperidade de todos.

Segundo Sônia Draibe (1993) as proposições neoliberais em matéria de política social, não constituem efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente, é uma ideologia composta por proposições práticas, em que "reinventa" o liberalismo através de um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, com isso, compõem-se em "ingredientes diferentes", tendo a capacidade de escamotear conceitos e categorias reconhecidos pela esquerda dando a impressão de um discurso progressista, moderno e novo, mas que no fundo tem uma proposição conservadora.

Assim, o neoliberalismo mostra a sua grande capacidade de dissimular estratégias de redução dos investimentos em serviços públicos, alegando que o Estado é ineficaz, por isso tem péssima qualidade no atendimento ao público. Assim, o discurso neoliberal propagandeia que o desenvolvimento de uma nação dependerá de um Estado controlador dos gastos sociais e da estabilidade monetária através da disciplina orçamentária, também, que promova a restauração da taxa "natural" de desemprego (criar um exército de reserva de trabalhadores) e criar políticas como estratégia para enfraquecer os sindicatos.

Da mesma forma, o neoliberalismo tem habilidade de mutação ao longo do tempo, dependendo do lugar onde esteja produz adaptações na sua forma de atuar e ajusta à realidade local ao seu modelo econômico, transformando em muitos e distintos neoliberalismos (Therborn; Borón; Anderson, 1995), tornando-se heterogêneo na sua adaptação, sem perder seu princípio homogeneizador do capital. Se metamorfoseando e se adaptando às diferentes economias espalhadas pelo planeta, o neoliberalismo faz com que o futuro do capitalismo seja o próprio capitalismo (Salama, 1995).

Como pode ser percebido, a preocupação do neoliberalismo vai desde o máximo reducionismo dos investimentos do Estado setor público de serviços e indústria, passando por desmonte dos serviços públicos e privatizações de empresas estatais, redistribuição da riqueza para os ricos por meio de isenções e subsídios, instauração de uma liberdade e democracia do capital em detrimento de uma liberdade e democracia social, consequentemente, o desmantelamento das estruturas organizacionais dos trabalhadores, pulverizando a unidade de luta de ordem macro.

Os resultados de uma prática neoliberal são letais, primeiramente, enquanto recupera a economia, piora o social e; em segundo lugar, provoca a perda da esperança e da luta pela

distribuição igualitária das riquezas. Segundo Oliveira (1995) o trabalhador no Brasil, de forma geral, não luta mais pelo reajuste inflacionário dos seus salários, e sim, pela manutenção dos salários, acreditando ser o reajuste salarial o grande causador da inflação; ou quando é pior, luta pela manutenção do trabalho e não mais pela qualidade do trabalho.

Foi na América Latina o primeiro caso no mundo a vivenciar uma experiência neoliberal sistemática (Oliveira, 1995). Trata-se do Chile de Pinochet nos anos de 1970, implantado um governo sob o princípio da falta de democracia e de liberdade social, por conseguinte, uma ditadura, praticando programas de desmonte e privatização do setor público, desregulação das regras e regulamentações dos direitos trabalhistas, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, desemprego massivo, entre outros (Anderson, 1995).

Nota-se que democracia e liberdade não são valores centrais do neoliberalismo, dependendo a quem interessa, esses dois conceitos se considerados como empecilhos para o desenvolvimento econômico e para a livre concorrência, podem facilmente tornar-se incompatíveis, pois, a liberdade e a democracia são somente para o capital, não são prioridades ao social (Anderson, 1995), apesar dos fundadores da ideologia neoliberal associarem o Estado do Bem-estar social a um regime de servidão moderna, utilizando o nazismo alemão como exemplo.

Desta forma, a ditadura chilena de Pinochet serve como exemplo da adesão relativa à democracia e à liberdade pelo neoliberalismo, enquanto regredia socialmente, a economia chilena crescia a um ritmo bastante rápido sob o regime de Pinochet (Garretón M., 1992), da mesma forma como o fascismo e o nazismo mascaram sua crueldade em um semblante de herói/salvador da pátria, o neoliberalismo chileno de Pinochet dissimulou sua perversidade com a falácia do desenvolvimento econômico.

Considerando que o objetivo principal da ideologia neoliberal é reorganizar a economia para o grande capital privado e o apoio da sociedade é fundamental para que essa reorganização se dê sem conflitos ou com o mínimo de tensão. Assim, a política e a cultura são peças fundamentais para o favorecimento da iniciativa privada, para tal, necessita converter a sociedade à sua ideologia, transverter a realidade, como disse Milton Santos (2011, p. 18) “o mundo tal como nos fazem vê-lo”, criando um mundo de fábulas alicerçada no desenvolvimento econômico a partir do grande capital privado como única alternativa para a resolução dos problemas sociais.

As reformas que se dão nos campos políticos e culturais se apropriam de conceitos progressistas como democracia e liberdade, diferença, alteridade, subjetividade, particularidade

e localismo e os modela aos seus interesses de controle da sociedade por meio da fragmentação e atomização das lutas sociais, tornando a luta de todos por justiça e igualdade como lutas categorizadas, transformando o interesse coletivo em interesses singularizados, a luta não é mais da classe trabalhadora, fragmenta-se, passa a ser dos negros, dos indígenas, das mulheres, dos homossexuais, das pessoas com deficiência, entre outros.

Esse fracionamento da perspectiva da luta pelos direitos a igualdade tem como objetivo servir de suporte à reorganização da economia, da política e da cultura para o acúmulo de capital, precisando converter a sociedade à ideologia neoliberal, transvertendo a realidade, ou como Frigotto (2010) chama de *ideologia não-orgânica ou arbitrária*, garantindo o domínio da classe dominante através do falseamento da realidade.

> (...) ideologia não-orgânica ou arbitrária é a que busca ocultar, falsear, mistificar e conciliar interesses historicamente antagônicos entre as classes com objetivo de garantir o domínio da classe dominante, através do consentimento das classes subalternas. Ideologia orgânica ou historicamente necessária é constituída pelos valores, concepções e visão de mundo, modos de pensar e sentir das classes subalternas a partir das quais se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam por determinados objetivos" (Frigotto, 2010, p. 73).

Aqui, não estamos desconsiderando as particularidades de cada uma dessas categorias, nem a real necessidade de pautas específicas, mas, afirmando que a luta da classe trabalhadora envolve todos os trabalhadores, independe se é mulher ou homem, negro ou branco, indígena ou não indígena, homo ou hétero, com ou sem deficiência etc.

A identificação desses princípios norteadores do neoliberalismo, torna-se crucial para compreender as transformações que as políticas em educação são submetidas (Apple, 2003). Neste debate, entender o papel da formação de docentes numa perspectiva neoliberal nos ajuda a entender a mercantilização da educação e a "produção" de mão de obra barata e abundante para o mercado, que na seção seguinte, trataremos como capital humano.

Formar docentes para produção de Capital Humano

"A qualidade da educação está positivamente associada com maiores taxas de crescimento econômico" (Fundação Lemann, 2023). Esta frase foi retirada do site Fundação Lemann que financiou um estudo realizado pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP Clear). Segundo o coordenador da pesquisa, André Portela, os

investimentos públicos devem estar voltados para uma escola que forme capital humano desde os primeiros anos.

Segundo Frigotto (1989) quando relaciona-se os avanços educacionais ao desenvolvimento econômico de um país, define-se uma lógica em que a educação deixa de ser olhada como uma formação cidadã e humana, para ser tratada como uma formação para o mercado, consequentemente, a escola como a fábrica de capital humano.

O conceito de capital humano associasse extensivamente a recursos humanos em que traduz o montante de investimento que uma nação ou os indivíduos fazem para a formação de mão de obra.

> Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no 'fator humano' passa a significar um dos determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente, de mobilidade social (Frigotto, 1989, p. 51).

A partir do conceito de capital humano associado à educação, na perspectiva do capital, o processo educativo, escolar ou não, se reduz à produção de um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de atitudes, transmissão de conhecimentos, todos direcionados para capacitação de formação de trabalho e, consequentemente, de produção. A educação, então, caracteriza-se como principal capital humano, pois é produtora de capacidade e potencializadora do fator trabalho. Assim, a educação torna-se mercadoria, um investimento como qualquer outro.

Portanto, a escola caracteriza-se como espaço de investimento na formação de pessoas para inserção ao mercado de trabalho, para tal, passa a exigir que seu produto final seja a formação de homens e mulheres empreendedores, flexíveis e competitivos. Flexibilidade quer dizer estar apto a reagir aos estímulos e dinâmicas do mercado globalizado e, autonomia significa competência para iniciativa empreendedora (proativa) e capacidade de se adaptar às mudanças constantes impulsionadas pela tecnologia e informação.

Nesse contexto, o Estado passa a ter o papel de financiador e de controlador da educação, norteando a função dos governos como mantenedor financeiro do atendimento escolar e direcionador dos conhecimentos, diga-se de passagem, assume minimamente os financiamentos no serviço público e ao máximo o controle dos conhecimentos que devem circular entre os indivíduos.

Enquanto mantenedor financeiro do atendimento escolar precisa ampliar o acesso à escolarização e proporcionar que os alunos possam escolher aquela formação que consideram pertinente à sua formação profissional, que na prática, será o mercado local que determinará indiretamente o que os alunos deverão escolher enquanto "aptidão" profissional, ou seja, escolher o itinerário formativo como estabelece a BNCC (Brasil, 2018).

Essa formação por itinerários se justifica pela demanda do mercado. Desta forma, a escola passa a adotar as regras do mercado, livre concorrência e competitividade, para isso, as pessoas precisam estar adaptadas ao trabalho, pois, só as melhores alcançarão as vagas de emprego.

> Os objetivos em educação são os mesmos que guiam os objetivos econômicos (...). Eles incluem a dramática expansão daquela eloquente ficção, o mercado livre; a redução drástica da responsabilidade do governo em relação às necessidades sociais; o fortalecimento das intensas estruturas competitivas de mobilidade dentro e fora da escola; a diminuição das expectativas das pessoas em relação à segurança econômica; a "disciplina" da cultura e do corpo e a popularização do que é claramente a forma de pensamento social darwinista [...]. (Apple, 2003, p. 129)

Para atender às exigências das empresas é necessário a formação de um número cada vez maior de mão de obra, consequentemente, ampliação do número de vagas para formação educacional e profissionalizante, isso não quer dizer ampliação de instituições públicas. No caso do ensino superior, quando não há vagas suficientes nas universidades públicas, o Estado deve financiar o acesso às instituições privadas, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Enraizar o FIES e o PROUNI como políticas públicas de acesso ao ensino superior é uma forma de repasse do recurso público ao setor privado, reafirmando o conto de fábulas neoliberal que é a iniciativa privada que garante o desenvolvimento econômico e social, diante da insuficiência e ineficácia do setor público.

Quanto definidor dos conhecimentos, através do discurso transvertido de democracia, vai estabelecer através de diretrizes curriculares o perfil de profissional e os conhecimentos que esse profissional deve acumular. Como forma de controle, esse cidadão/consumidor será cobrado através dos processos avaliativos, assim como suas instituições de ensino passarão pelo crivo centralizador do Estado, como afirma Frigotto:

> O ideário pedagógico dos parâmetros e diretrizes curriculares, disfarçados numa linguagem modernosa e, mais descaradamente, os processos de

> avaliação, centra-se numa concepção produtivista e empresarial das competências e da competitividade (...), cujo papel é o de desenvolver habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão da qualidade, definidas no mercado de trabalho e cujo objetivo é o de formar em cada indivíduo um banco ou reserva de competências que lhe assegure empregabilidade. (Frigotto, 2005, p. 21-22)

Esse Estado centralizador desempenha políticas de controle na educação do país através de sistemas nacionais de avaliação, assim como promove reformas educacionais através dos parâmetros de um Currículo Nacional e estabelece estratégias de formação de professores na competência empreendedora. E é nesse ponto que a formação docente se apresenta como estratégia neoliberal.

Essa preparação dos futuros professores e professoras demandará um ajustamento às regras do mercado, sendo necessário que ocorra a impregnação da ideia na sociedade em geral do papel da escola enquanto formadora para o trabalho, cada vez mais fortalecendo o discurso do qual estamos defasados e deveríamos irreversivelmente nos ajustar e incorporar ao ideário ideológico de um novo tempo, um tempo posterior a modernidade, o tempo da globalização, das relações competitivas, de reestruturação produtiva e de reengenharia.

Este ajustamento pressupõe conter e restringir a esfera pública e efetivar-se de acordo com as leis da competitividade do mercado mundial, assim, tornar o Brasil um país seguro para o mercado internacional, tornando-se um porto seguro para o investimento do grande capital global.

A mercantilização da educação figura-se no que Paulo Freire (2000) critica e denomina de malvadez neoliberal e seu cinismo fatalista, pois, condena aquilo que não aceita o "novo" demarcado pelo mercado. Nessa perspectiva, de se construir uma nova sociedade alicerçada na pós-modernidade ou como Apple (2003) define, princípios de um novo positivismo, é necessário construir uma nova escola, "a 'nova escola' que necessitará de uma 'nova didática' será cobrada também por um 'novo professor' todos alinhados com as necessidades de um 'novo trabalhador' '' (Arce, 2001, p. 259).

> (...) tanto na didática como na formação do professor haverá uma ênfase muito grande no "operacional", nos "resultados" – a didática poderá restringir-se, cada vez mais, ao estudo de métodos específicos para ensinar determinados conteúdos considerados prioritários, e a formação do professor poderá ser **aligeirada** do ponto de vista teórico; os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão vir a ser considerados secundários – uma "perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional". (Arce, 2001, p. 259).

Essa "nova" escola, "nova" didática e o "novo" professor, vêm sendo desenhados pelas políticas educacionais em todo o mundo ditadas por órgãos como o Banco Mundial, Unesco e Unicef. A famosa Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada no ano de 1990, em Jomtien, é um exemplo da aliança entre essas instituições e do caráter delimitador que dão às diretrizes a serem seguidas para a educação, que tem como seu eixo articulador, as "Necessidades Básicas de Aprendizagem" (Neba) que, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em seus Artigos 1 e 4, definem como:

> (...) os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.
> (...)
> Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho (Unesco, 1990, s/n).

O que se considera como ponto central nas "Necessidades Básicas de Aprendizagem" e o que os professores devem desenvolver como ensino, é a capacidade de "aprender a aprender", mas não o aprender para o desenvolvimento de autonomia política, crítica e ativa participação cidadã, e sim, o aprender a aprender para ação (condição prática). Como já dissemos anteriormente, o discurso neoliberal se apropria de termos e conceitos progressistas, altera seu interior e apresenta como novidade, neste caso, estamos nos referindo ao "aprender a aprender" discutido por Jean Piaget, Vigotski, Paulo Freire, entre outros.

Isso perpassa pela escolha de conhecimentos que possam ser utilizados diretamente no trabalho; tendo a funcionalidade e o pragmatismo como elementos fundamentais, também, o uso de expressões como "aprender fazendo", "aprender em serviço" e "aprender praticando" tornam-se essenciais, ficando de fora as abstrações complexas entre aprendizagem e conhecimento (Arce, 2001).

Segundo Jacques Delors[2] (1998) a realização das Neba e o desenvolvimento do "aprender a aprender" consistem em uma retomada da educação do passado voltada para a escolarização capaz de enfrentar as novas situações ocorrentes tanto na vida privada quanto na vida profissional, só assim, segundo o autor, se dará respostas aos desafios desencadeados por

um mundo globalizado em que as rápidas transformações imporão aos indivíduos condições de aprendizagem permanente e condizente à rapidez dessas transformações.

Percebe-se com isso, a intenção de criar no espaço escolar a materialização das Neba e os professores seus difusores, porém, a realização e utilização das mesmas ficará a cargo do cidadão/consumidor, não necessitando segurar os alunos por muito tempo dentro das instituições de ensino, por isso o aligeiramento e pragmatismo na formação discente e docente. Para que esse novo espírito se concretize na formação do indivíduo imbuído a aprender a aprender, a educação deve estar fundada em quatro pilares (Delors, 1998):

Aprender a conhecer consiste no desenvolvimento de competências que possibilitem ao indivíduo acompanhar as rápidas alterações provocadas pelo avanço científico e as novas formas de atividade econômica e social. Para estabelecer esse desenvolvimento diz ser inevitável conciliar uma cultura geral (conjunto de atitudes e habilidades para estabelecer uma educação permanente), suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar em profundidade, um número reduzido de assuntos. Em outras palavras, permitir em curto tempo de escolarização, constituir bases para saber buscar as informações para continuar aprendendo ao longo da vida, ou seja, uma aprendizagem continuada de uma profissão.

Aprender a fazer consiste no desenvolvimento de competências que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe, principalmente aquelas imprevisíveis. Essas competências estão relacionadas ao exercício dos indivíduos de se submeter a testes e de se enriquecer com eles, tomando parte em atividades profissionais ou sociais, simultaneamente aos estudos. Assim justifica-se a aproximação às diferentes alternâncias entre escola e trabalho.

Aprender a conviver compreende na aprendizagem e valorização da diferença, do pluralismo, da tolerância e das interdependências. Isso quer dizer desenvolver projetos comuns para gerir conflitos, assim desenvolver atitudes de respeito ao outro (de sua história, tradições e espiritualidade) e valores ao pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser consiste no desenvolvimento da própria personalidade direcionada para a capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal ao trabalho coletivo. Para isso, é fundamental não deixar inexplorado nenhum dos talentos de cada ser humano: a memória, o raciocínio, a imaginação, as capacidades físicas, o sentido estético, a facilidade de comunicar-se com os outros, o carisma natural de cada um.

Nota-se com os quatro pilares apresentados, assim como o relatório "*Educação – Um Tesouro a Descobrir*" em sua íntegra que está recheado de subjetividades, aos olhos mais

desatentos, pode até parecer um documento moderno, em que traz conceitos como diferenças, pluralidade, igualdade, democracia, inclusão e exclusão, etc. Mas na verdade, promove a diferença enfatizando as diferenças individuais como saudáveis e necessárias, no entanto, o que se quer é a meritocracia; reduz-se a aprendizagem à informação, já que necessita reduzir os assuntos; valoriza a emergência do saber imediato e utilitário; almeja a autonomia como forma de instrumentalização para ações posteriores, diga-se de passagem, autonomia para o trabalho profissional empreendedor; tem a flexibilidade como princípio básico, capaz de formar o indivíduo adaptável às condições do mercado.

Por isso a associação que se faz a formação de professores a alguns conceitos, como: reflexivo, flexibilidade, autonomia, qualidade, equidade, inclusão. Todos reaparecem justamente quando as mudanças da tecnologia com base na microeletrônica, informatização e robotização dominam a dinâmica da produção.

Aprender a fazer no dia a dia é suficiente para sua formação, para isso, os professores da educação básica precisam ser capazes de reproduzir de forma pragmática e utilitarista, assim nessa lógica formar "novos" trabalhadores para o mercado.

Outro aspecto marcante do "aprender a aprender" refere-se à importância que as Neba dão para a Educação Básica, já que nesse nível expressa menor tempo e potencialidade à formação para o trabalho, pois, depois de concluída essa formação o sujeito estará pronto para sua profissionalização, daí o interesse do Banco Mundial pela Educação Básica para que se invista nessa fase de escolarização.

O professor segundo a lógica neoliberal é um mero reprodutor de informações gerais já que para atuar no mercado não precisa de princípios filosóficos, históricos, espaciais e metodológicos, o professor, nas palavras de Arce (2001) é um balconista da pedagogia *fast food*, que serve informações de forma rápida, limpa, eficiente e com qualidade (na lógica do empreendedorismo).

Para efetivação desse profissional da educação bem adaptado e capaz de formar pessoas empreendedoras, flexíveis e adaptadas ao mercado competitivo, as graduações de formação inicial devem possuir um conjunto de competências para que "a formação dos professores, como meio de adquirir – ao conciliar, no nível mais elevado, saber com *savoir-faire* – qualificações profissionais respaldadas em cursos e conteúdos constantemente adaptados às necessidades da economia" (Delors, 1998, p. 18).

Essa qualificação a partir das necessidades da economia reflete muito bem as políticas de mercado para a formação de professores, que resulta em professores com capacidade técnico-

instrumental, professores que apenas ensinem aos seus alunos as habilidades empreendedoras necessárias para seu desenvolvimento no mercado de trabalho, assim, o ensino passa a ser unicamente necessário, tornando a pesquisa e a extensão secundárias ou inexpressivas.

> Não é função deste professor do ano 2000 transmitir, ensinar nada aos alunos, apenas garantir que aprendam para que continuem esse processo de aprender a aprender fora da escola. A função do professor acaba reduzindo-se a de um técnico, um prático capaz de escolher o melhor caminho para que o processo de ensino aprendizagem ocorra, além de constituir-se como mero participante das decisões escolares e da vida escolar; em nenhum momento ele é chamado a teorizar, apenas a agir e refletir a respeito de sua prática. Este fato é previsível, pois estamos falando da formação do profissional que deverá trabalhar as Neba e, para tanto, ele não necessita teorizar muito, apenas percorrer um caminho que seja mais eficaz e, de preferência, construído no aprender fazendo. (Arce, 2001, p. 265)

O "novo" perfil de professor que se necessita para a contemporaneidade, na lógica neoliberal é aquele que atua como técnico da sala de aula, um instrutor de práticas, capaz de instruir o aluno a continuar aprendendo fora da escola ou, ensinar o aluno a aprender a aprender habilidades para o mercado.

O resultado dessa formação aligeirada e pragmática é professores reprodutores, como afirma Alessandra Arce:

> Manipular manuais e livros e dominar algumas habilidades técnicas, além de ser capaz de refletir sobre a sua a ação, são suficientes, pois este profissional, como os demais, também deve ser flexível e, se possível, ater-se a outras ocupações no mercado de trabalho, não reduzindo-se somente a ser professor. Afinal, com o desenvolvimento tecnológico a figura do professor não é tão indispensável, "o sendo apenas para os que não dominam os processos de reflexão e de aprendizagem" (Unesco, 1998, p. 156). Dentro desse contexto, o professor não necessita ser um intelectual com uma base teórica e prática fortemente fundamentada em princípios filosóficos, históricos, metodológicos; os seus atributos pessoais passam a ser valorizados em detrimento da formação profissional. (Arce, 2001, p. 262)

Proporcionar à formação inicial dos professores um "melhor" conhecimento em relação a sua prática em sala de aula significa apenas instrumentalizar e informar os graduandos e não discutir conteúdos e conhecimentos que levem os futuros professores, ou quando se tratar de formação continuada, que os professores em atividade, possam refletir e realizar reavaliação sobre sua prática.

A importância que a formação de professos passa a ter para o estado neoliberal está, sobretudo, na capacidade de fazer refletir sobre somente sua ação ou ação-reflexão-ação, já que será formado por exercícios de desenvolvimento de habilidades práticas, tendo como alicerce a psicologia do desenvolvimento, em detrimento da filosofia, da história, da antropologia e da sociologia. Assim como esse novo professor deverá ensinar o aluno a "aprender a aprender", deverá também "aprender a aprender" durante sua formação, em que a lógica do novo professor que atenda as necessidades para o mundo contemporâneo é a mesma para a educação básica e para a educação superior.

Considerações Finais

Por tudo isso, nos faz acreditar que esse novo professor tem sido exaltado com o propósito de atender a necessidade dessa nova (des) organização provocada pela globalização no mercado mundial, que demanda por trabalhadores com flexibilidade de adaptação ao mercado; iniciativa ou autonomia para propor inovações ao mercado competitivo e assim garantir acúmulo de capital; a qualidade se faz regra fundamental, já que o mercado cada vez mais frenético na competitividade necessita de homens e mulheres mais predispostos a resultados quantitativos esperados ou estabelecidos; com a competitividade, a necessidade de inserir o princípio da equidade na educação, só assim, aqueles que ainda não estão escolarizados (na lógica neoliberal) ou adaptados às novas tecnologias e relações de trabalho podem tornar-se aptos para o trabalho; assim como, um grande número de indivíduos estão excluídos do consumo, aí se vê um verdadeiro potencial para o aumento da produtividade, consequentemente, aumento dos lucros, para isso, os excluídos precisam ser incluídos no mercado de trabalho, e a escolas, através de seu professores como instrutores, devem ser responsáveis pelas informações necessárias para assumirem os postos de trabalho.

Olhando a profissão professor por essa ótica, como profissional em que instrui apenas para prática, é fatalmente considerar que o professor é dispensável perante todo o processo tecnológico informacional. A educação à distância ganha importância por favorecer quantitativamente para trabalhadores disponíveis ao mercado e ao mesmo tempo perde sua função social, pois deveria tornar acessível – principalmente àqueles que localmente estão distante dos centros de formação de professores – uma formação de professores pesquisadores, com autonomia intelectualmente crítica, já que, os meios informacionais são suficientes para apresentar informações, restando ao professor somente a função de instruir os alunos ao uso da

tecnologia e ao exercício de aprender a aprender, sendo um mediador entre assuntos acadêmicos e tecnologia, que não necessita estar presente paralelamente ao aprendizado do aluno.

Pensamos ser possível e urgente, lançar proposições que invistam contra toda essa malvadez neoliberal sobre a educação e na sociedade de forma geral, que visa unicamente capital humano, que é sim um modelo sofisticado ou pós-moderno de explorar a classe trabalhadora, indiscriminadamente todos, sejam eles pessoas deficientes ou não, negros ou brancos ou amarelos, mulheres ou homens, homossexuais ou hétero, católicos ou protestantes ou outras manifestações de religiosidade, indígenas, quilombolas, migrantes ou nascidos no lugar.

Vemos assim que a privatização do pensar e o controle do pensamento pelo estado neoliberal são desastrosos para a educação, particularmente para autonomia crítica dos professores. Também, pensar uma educação e a demanda por um novo perfil para o professor são extremamente perigosos se não pensados realmente para a formação humana.

Pensar a formação humana é exatamente pensar uma educação que realmente não exclua, que possua professores que nas suas práticas não excluam, necessários para o combate a essa contemporaneidade marcada pela exclusão, atentos e dispostos a atender as necessidades educacionais de todos os alunos e alunas, uma educação que prime pela igualdade e em respeito à diversidade.

[1] Além de Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (ANDERSON, 1995).
[2] Foi o idealizador e quem presidiu a comissão de elaboração do *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* intitulado "Educação – Um Tesouro a Descobrir".

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. Comparando projetos neoliberais e desigualdade em educação. In: GONÇALVES, L. A. O. (Org.). *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, Abril/2001, p. 251-283.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

DELORS, J. (*et al.*). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf. Acesso em 20/12/2011.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista da USP*, São Paulo: USP, nº 11, mar./abr./maio 1993, p. 86-101.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia:* saberes necessários à prática educativa. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva:* um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Contez, 1989.

FRIGOTTO, G. Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. *Ciência & Opinião*. Curitiba, v. 2, n. 1/2, jan./dez. 2005. Disponível em http://cienciaeopiniao.up.edu.br/arquivos/cienciaeopiniao/File/ volume3/CienciaOpinia o3_art1.pdf. Acesso em 03/06/2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In.: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão:* crítica ao neoliberalismo em educação. 17ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Col. Estudos culturais em educação)

FUNDAÇÃO LEMANN. *Qualidade da educação está associada com maiores taxas de crescimento econômico dos países*. Em Pauta. 1 março 2023. Disponível em https://fundacaolemann.org.br/noticias/qualidade-da-educacao-esta-associada-com-maiores-taxas-de-crescimento-economico-dos-paises. Acesso em 28/02/2025.

GARRETÓN M., Manuel Antonio. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Lua Nova* Nº 27, 1992.

ONU. *Índice de Pobreza Multidimensional Global de 2023*. PNUD: Brasil, 2023. Acessado de: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/indice-de-pobreza-multidimensional-global-de-2023-mpi. Acesso em: 20/08/2024.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OXFAN. *A 'sobrevivência' do mais rico. Janeiro de 2023*. Acessado de: https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/. Acesso em: 11/08/2024.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 20ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

THERBORN, Göran; BORÓN, Atilio; ANDERSON, Perry. Pós-neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos:* satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf. Acesso em 20/12/2010.